## JUÍZO DE DIREITO DA 01ª VARA CÍVEL COMARCA DE PETRÓPOLIS

**EDITAL DE 1° e 2° LEILÃO ONLINE E INTIMAÇÃO**, com prazo de 05 dias, extraído dos autos da ação de Cobrança proposta pelo CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO FEDERAL em face de Mª CRISTINA DE MELLO E ALVIM DOS SANTOS e ESPÓLIO DE ANGELA CUNHA E SILVA MELLO ALVIM (Processo n° 0092945-55.2012.8.19.0042), na forma abaixo:

O Dr. ENRICO CARRANO, Juiz de Direito na primeira vara cível da comarca de Petrópolis, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente, a Mª CRISTINA DE MELLO E ALVIM DOS SANTOS, ESPÓLIO DE ANGELA CUNHA E SILVA MELLO ALVIM, através seus herdeiros FERNANDA DE MELLO E ALVIM MAYALL e JOÃO ALFREDO DE MELLO E ALVIM CHANOCA, que no dia 01/12/2025 às 15h, será aberto o 1º leilão Público, através da plataforma de leilões: www.rodrigocostaleiloeiro.com.br, pelo Leiloeiro Público Rodrigo da Silva Costa, apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia **04/12/2025**, no mesmo horário e local, a partir de 50% do valor da avaliação do imóvel (ie 354), o 2º leilão, em consonância ao Art. 891, §único do CPC, será realizado na "MODALIDADE ONLINE", referente ao Direito e Ação sobre o Apartamento 203, situado na Rua do Imperador, 761, Centro, Petrópolis/RJ. Características: Apartamento de Fundos, com 108m2 de Área Edificada, composto por 2 quartos, sala, cozinha, área e dependência completa de empregada, em péssimo estado geral de conservação. Avaliação fixada pelo juízo em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). De acordo com a certidão de ônus reais do 7° Ofício do RI, o imóvel encontra-se registrado sob a matrícula 6394, em nome dos Devedores, onde consta: R.4 – penhora determinada pela 02ª vara cível de Petrópolis nos autos da ação de cobrança movida pelo Condomínio-Credor; R.8 - penhora determinada pela 01ª vara cível de Petrópolis, nos autos da ação movida por Carlos Alberto furtado; e, penhora da presente ação. O imóvel é foreiro a Cia Imobiliária de Petrópolis. **DÉBITOS FISCAIS/TAXAS DO IMÓVEL: 1) IPTU** (inscrição 01080031359001) - R\$ 71.912,06; **02) CONDOMÍNIO** - R\$ 478.294,26. O imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos de CONDOMÍNIO, IPTU e taxas, de acordo com o parágrafo único do Art. 130 do CTN. O condomínio dará quitação ao arrematante. No dia e hora marcados para a abertura do leilão, serão captados lances por até 03 (três) minutos (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL**: O edital será publicado na rede mundial de computadores: no site do leiloeiro www.rodrigocostaleiloeiro.com.br, e, no site sindicatodosleiloeirosrj.com.br, em conformidade com 0 disposto no art. 887, §2°, do CPC. PARTICIPAÇÃO/CADASTRAMENTO: Os interessados em oferecer lances deverão com antecedência de 24 horas do leilão, realizar o cadastro pessoal na plataforma (www.rodrigocostaleiloeiro.com.br), anexando os documentos exigidos no contrato de participação (disponível no site), ficando sujeito à aprovação e habilitação. **REPRESENTAÇÃO NA ARREMATAÇÃO**: Os Representantes Legais deverão no ato do cadastramento anexar procuração, sendo a outorgante pessoa jurídica, incluir o contrato social da empresa. **CONDIÇÕES DE VENDA**: A plataforma estará disponível ao recebimento dos lances com no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência do início do leilão. Os interessados poderão previamente enviar seus lances, não sendo passível de desistência após oferecido o lance. No dia e hora marcados para a abertura

do leilão, serão captados lances por até 03 (três) minutos (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado, verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação. As despesas e os custos (ITBI, registros e o que mais se fizer necessário) relativos à transferência patrimonial dos bens correrão por exclusiva conta do arrematante. **DO PAGAMENTO À VISTA**: (artigo 892 do NCPC). O arrematante deverá efetuar o pagamento de 30% caução em 24 horas após o encerramento do leilão e o restante em até 15 dias através de guia de depósito judicial (boleto bancário) a ser emitido pelo Leiloeiro Oficial em favor do Juízo sob pena de desfazimento da arrematação. DO PAGAMENTO PARCELADO (artigo 895 do NCPC): Os interessados em adquirir o bem penhorado em prestações poderão apresentar: (I) até o início do primeiro leilão, proposta para aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; (II) até o início do segundo leilão, proposta para aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja acima de 50% da avaliação. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, com as devidas correções monetárias, por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis (art. 895, §1°, do CPC). As deverão ser encaminhadas por escrito para o e-mail: leiloeiro@rodrigocostaleiloeiro.com.br e anexado nos autos. A apresentação de proposta parcelada não suspende o leilão (art. 895, §6°, do CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (art. 895, §7°, do CPC). **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO E DE SEU PAGAMENTO**: O arrematante deverá pagar no ato da arrematação o percentual de 3% ao leiloeiro a título de comissão sobre o preço da arrematação do imóvel, a qual não está incluída no valor do lance, por meio de transferência bancária ou outro meio a ser indicado pela próprio Leiloeiro. Decorridos os prazos sem que o arrematante tenha realizado os pagamentos acima informados, o leiloeiro comunicará de imediato ao juízo, para que sejam aplicadas as devidas sanções, ficando impedido o arrematante de participar dos leilões realizados pela plataforma do leiloeiro. Faço constar que o art. 358 do Código Penal tipifica como fraude a arrematação judicial qualquer um que impedir; perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem. DA INTIMAÇÃO POR EDITAL: Ficam as partes em especial o executado e o credor hipotecário INTIMADOS por intermédio do presente Edital de Leilão e intimação, suprindo assim a exigência contida no artigo 889, I, V do NCPC. Dado e passado nesta Cidade de Petrópolis, aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco. Eu, Eduarda Maria da Gama Paul, titular do cartório, o fiz digitar e subscrevo. Dr. Enrico Carrano – Juiz de Direito.